

***Tequimar Vila do Conde  
Logística Portuária S.A.***

*Demonstrações Financeiras em 31  
de dezembro de 2021 e Relatório dos  
Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras*

KPMG Auditores Independentes.

# Conteúdo

<b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras .....</b>	<b>1 - 4</b>
<b>Balancos Patrimoniais .....</b>	<b>5 - 6</b>
<b>Demonstrações de resultados .....</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes.....</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto .....</b>	<b>10</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>11 - 36</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores da  
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.  
Barcarena - PA

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

## Realização dos tributos ativos diferidos

Veja a Nota 6 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações financeiras incluem valores de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 14.973, dos quais R\$ 5.112 são relativos a diferenças temporárias e R\$ 9.861 são relativos a prejuízos fiscais, considerados recuperáveis com base na geração de lucros tributáveis futuros.</p> <p>As estimativas de geração de lucros tributáveis futuros incluem a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, estimativas de crescimento de custos e despesas e de margem de contribuição, que envolvem elevado grau de complexidade e julgamentos que impactam a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos nos próximos exercícios. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– Avaliação do desenho, a implementação e efetividade do controle interno de projeções financeiras relativos à realização do imposto de renda e contribuição social diferidos registrados.</li><li>– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas e dados utilizados pela Sociedade na preparação do estudo de lucros tributáveis futuros considerando as projeções de fluxo de caixas futuros.</li><li>– Avaliação da precisão dos saldos registrados com o auxílio dos nossos especialistas tributários;</li><li>– Comparação dos orçamentos aprovados no exercício anterior com os valores reais apurados no exercício corrente.</li><li>– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos.</li></ul> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos registrados e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6



Márcio Serpejante Peppe  
Contador CRC 1SP233011/O-8

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.207	20.784
Aplicações financeiras	3	100.051	-
Estoques		112	-
Tributos a recuperar	4	12.122	31
Despesas antecipadas		52	-
Demais contas a receber		136	-
Total do ativo circulante		<u>126.680</u>	<u>20.815</u>
<b>Não circulante</b>			
Tributos a recuperar	4	-	3.105
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	<u>14.973</u>	<u>2.885</u>
		<u>14.973</u>	<u>5.990</u>
Ativos de direito de uso	7	163.640	160.541
Imobilizado	8	264.612	75.869
Intangível		<u>1.716</u>	<u>13</u>
Total do ativo não circulante		<u>444.941</u>	<u>242.413</u>
Total do ativo		<u><u>571.621</u></u>	<u><u>263.228</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

<b>Passivo</b>	<b>Notas explicativas</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores nacionais	9	5.402	7.670
Debêntures	10	3.406	-
Salários e encargos sociais		103	68
Obrigações tributárias	11	491	561
Arrendamentos a pagar	7	<u>23.944</u>	<u>20.802</u>
Total do passivo circulante		<u>33.346</u>	<u>29.101</u>
<b>Não circulante</b>			
Instrumentos financeiros derivativos de proteção	10	17.658	-
Debêntures	10	360.120	-
Sociedades relacionadas	5	-	35.000
Arrendamentos a pagar	7	<u>91.104</u>	<u>106.269</u>
Total do passivo não circulante		<u>468.882</u>	<u>141.269</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12	98.258	98.258
Prejuízos acumulados		(28.861)	(5.395)
Ajuste de avaliação patrimonial		<u>(4)</u>	<u>(5)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>69.393</u>	<u>92.858</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>571.621</u>	<u>263.228</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	13	(4.381)	(1.474)
Outras despesas operacionais		<u>(34)</u>	<u>(2)</u>
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social</b>		(4.415)	(1.476)
Receitas financeiras	14	6.021	119
Despesas financeiras	14	<u>(37.160)</u>	<u>(6.817)</u>
Resultado financeiro líquido	14	<u>(31.139)</u>	<u>(6.698)</u>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		(35.554)	(8.174)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Diferido	6	<u>12.088</u>	<u>2.779</u>
		12.088	2.779
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<u>(23.466)</u>	<u>(5.395)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

*(Em milhares de Reais)*

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Prejuízo líquido do exercício	(23.466)	(5.395)
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	1	(4)
Resultado abrangente do exercício	<u>(23.465)</u>	<u>(5.399)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Tequimar – Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa- método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		(23.466)	(5.395)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>			
Depreciações e amortizações		1.157	6
Amortização de ativos de direito de uso	7	589	-
Juros e variações monetárias		33.061	6.750
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(12.088)	(2.779)
Demais ajustes		(3)	(4)
		<u>(750)</u>	<u>(1.422)</u>
<b>Aumento no ativo circulante</b>			
Tributos a recuperar	4	(12.091)	(30)
Demais contas a receber		(7)	-
Estoques		(112)	-
Contas a receber de clientes		(129)	-
Despesas Antecipadas		(52)	-
<b>Aumento (diminuição) no passivo circulante</b>			
Fornecedores nacionais	9	(2.268)	5.881
Salários e encargos sociais		35	68
Obrigações tributárias	11	(70)	460
<b>(Aumento) diminuição no ativo não circulante</b>			
Tributos a recuperar	4	3.105	(3.105)
Despesas antecipadas		-	75
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(60)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>(12.339)</u>	<u>1.867</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras, líquidas de resgates		(91.619)	-
Aquisição de imobilizado		(180.759)	(67.698)
Aquisição de intangível		(1.714)	(14)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>		<u>(274.092)</u>	<u>(67.712)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
<b>Financiamento</b>			
Captação	10	351.833	-
Juros pagos	10	(7.392)	-
<b>Pagamentos de arrendamentos</b>			
Principal	7	(29.108)	(253)
Juros pagos	7	(479)	-
Aumento de capital		-	48.000
Dividendos pagos		-	(6)
Sociedades relacionadas	5	(35.000)	35.000
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<u>279.854</u>	<u>82.741</u>
<b>(Diminuição) aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(6.577)</u>	<u>16.896</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	3	20.784	3.888
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	3	14.207	20.784
<b>Transações sem efeito caixa:</b>			
Adições em ativos de direito de uso	7	10.036	120.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

O Tequimar - Vila do Conde Logística Portuária S.A. (“Sociedade”), constituída em 20 de maio de 2019, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, localizada na Rodovia PA 481 – Km 2.3, Vila do Conde, no VDC12, Porto de Vila do Conde, na cidade de Barcarena, Estado do Pará e tem como principal atividade a movimentação, armazenagem e distribuição de graneis líquidos, especialmente combustíveis, sendo permitida também a participação em outras sociedades.

A capacidade instalada da Sociedade totaliza 110.000 m<sup>3</sup> em 31 de dezembro de 2021.

### a. Esclarecimentos sobre os impactos da COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia do coronavírus (COVID-19) em 11 de março de 2020. Para conter a disseminação do vírus no Brasil, o Ministério da Saúde (MS) e os governos estaduais e municipais anunciaram diversas medidas para reduzir a aglomeração e movimentação de pessoas, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, parques e áreas comuns. Diante desse cenário, a Sociedade constituiu Comitê de Crise para acompanhamento e monitoramento dos principais riscos e potenciais impactos e adoção de medidas preventivas e emergenciais para mitigar os efeitos da pandemia.

Desde o início da pandemia do coronavírus, a Sociedade atuou em inúmeras frentes para garantir a saúde e segurança de seus colaboradores e parceiros, a estabilidade e a continuidade de suas operações e a solidez financeira. Todas as atividades da empresa são classificadas como essenciais no contexto das medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia.

A Sociedade adotou com agilidade o regime de *home office* para o público administrativo, com todo o suporte necessário para a continuidade operacional. Além das preocupações básicas de segurança com os colaboradores, a empresa praticou diversas iniciativas voltadas ao bem-estar, como lives direcionadas, apoio psicológico e preocupação com a ergonomia, seguindo o princípio de valorização das pessoas.

As medidas emergenciais e rapidez na resposta aos primeiros efeitos da crise, bem como as iniciativas de apoio à cadeia de suprimentos, foram efetivas para manterem as atividades da empresa em operação, garantindo a entrega dos serviços essenciais para a população e preservando a saúde e segurança dos colaboradores e parceiros.

Permanece incerto até que ponto as informações financeiras, após 31 de dezembro de 2021, ainda possam ser afetadas pelos impactos comerciais, operacionais e financeiros da pandemia, pois dependerá de sua duração e dos impactos nas atividades econômicas, bem como das ações governamentais, empresariais e individuais em resposta à crise. Nesse contexto, algumas avaliações de riscos financeiros, projeções e testes de redução ao valor recuperável, em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, podem ser impactadas pela pandemia e podem afetar adversamente a posição financeira da Sociedade.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **Impactos operacionais**

As medidas implementadas de isolamento social, restrições à movimentação de pessoas e à operação de certos negócios devido à pandemia do COVID-19 afetaram a atividade econômica no Brasil nos últimos dois anos, contudo, com o avanço da vacinação os impactos negativos foram reduzidos nos últimos meses. Não foram observados efeitos significativos nas operações da Sociedade no exercício de 2021.

A administração da Sociedade continua mantendo a disciplina no controle de custos e despesas para preservação de caixa em todos os negócios e a seletividade na alocação de capital sem comprometer o crescimento sustentável dos negócios.

#### **b. Esclarecimentos sobre os impactos do incidente cibernético**

A Sociedade sofreu em 11 de janeiro de 2021 um ataque cibernético do tipo *ransomware* em seu ambiente de tecnologia da informação.

Como medida preventiva, a Sociedade interrompeu seus sistemas, afetando por um curto intervalo de tempo as operações de suas controladas. De imediato, foram adotadas todas as medidas de segurança e de controle para sanar o ocorrido e, a partir de 14 de janeiro de 2021, os sistemas operacionais da Sociedade e de suas controladas começaram a ser gradualmente restabelecidos, com cautela e segurança, conforme ordem de prioridade e relevância de cada processo afetado. Desde 25 de janeiro de 2021, conforme comunicado ao mercado naquela data, todos os sistemas críticos de informação da Sociedade e de suas controladas encontram-se em pleno funcionamento.

A Sociedade possuía apólice de seguro específica para incidentes cibernéticos, a qual foi devidamente acionada, sendo que tal sinistro se encontra em regulação.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis**

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Apuração do resultado**

A receita de serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual a Sociedade espera ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho.

As receitas de serviços prestados de armazenagem são reconhecidas no resultado em função da sua realização. O custo dos serviços prestados inclui o custo de armazenamento.

A Sociedade esteve em fase pré-operacional até novembro de 2021, entrando em operação efetiva em dezembro de 2021, portanto ainda não possui receita de prestação de serviços.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento até 90 dias, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 3 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade.

**c. Ativos financeiros**

A Sociedade avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação, quando aplicável. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Para maiores informações dos instrumentos financeiros da Sociedade, vide nota explicativa nº 15.

***d. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar***

A Sociedade reconhece no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 7). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato, sendo, contudo, capitalizada na linha de imobilizações em andamento enquanto estas ainda não estiverem em condições operacionais. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado.

A Sociedade aplica as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

***e. Imobilizado***

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo capitalização de amortização de ativos de direito de uso e encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 8).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 8, que levam em consideração a vida útil dos bens, e são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

***f. Demais ativos***

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

***g. Passivos financeiros***

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, demais contas a pagar e arrendamentos a pagar. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

***h. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido***

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerado também a parcela de incentivo fiscal. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 6.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

***i. Uso de estimativas, premissas e julgamentos***

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade utiliza as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

***j. Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.g, 3 e 14), realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.h e 6.a), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.d e 7) e vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.e e 8). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

***k. Redução ao valor recuperável de ativos***

A Sociedade revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado.

A Sociedade não registrou redução ao valor recuperável nos exercícios apresentados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

***l. Demonstrações dos fluxos de caixa***

A Sociedade apresenta os juros pagos sobre arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos, e apresenta nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

***m. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC***

Não existem normas, emendas às normas e interpretações emitidos pelo CPC que sejam efetivas e que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 que não tenham sido adotadas pela Sociedade.

***n. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras***

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Sociedade em 30 de março de 2022.

**3 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 15 conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 14.207 em 2021 (R\$ 20.784 em 2020) e estão distribuídos conforme abaixo:

***a. Caixa e equivalentes de caixa***

O caixa e equivalentes de caixa da Sociedade estão apresentados conforme abaixo:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Caixa e bancos		
Em moeda nacional	982	890
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa		
Em moeda nacional		
Títulos de renda fixa	<u>13.225</u>	<u>19.894</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>14.207</u></u>	<u><u>20.784</u></u>

# Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### ***b. Aplicações financeiras***

As aplicações financeiras da Sociedade, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão apresentadas conforme abaixo:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Aplicações financeiras		
Em moeda nacional		
Títulos e fundos de renda fixa	<u>100.051</u>	<u>-</u>
Total de aplicações financeiras	<u><u>100.051</u></u>	<u><u>-</u></u>

## **4 Tributos a recuperar**

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, do IRPJ e da CSLL.

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
PIS e COFINS <sup>(1)</sup>	5.454	3.108
IRPJ e CSLL <sup>(2)</sup>	<u>6.668</u>	<u>28</u>
Total	<u><u>12.122</u></u>	<u><u>3.136</u></u>
Circulante	12.122	31
Não circulante	-	3.105

<sup>(1)</sup> O saldo refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis nos 10.637/2002 e 10.833/2003 no montante de R\$ 5.454 (R\$ 3.108 em 31 de dezembro de 2020), cuja realização ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRF”) em um prazo estimado pela administração de 1 ano.

<sup>(2)</sup> Trata-se de IRPJ e CSLL a serem recuperados pela Sociedade, decorrentes das antecipações realizadas a maior, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 1 ano.

## **5 Sociedades relacionadas**

Os saldos e as transações entre a Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

	<b>Operações comerciais</b>		<b>Transações</b>
	<b>Contas a Receber</b>	<b>Fornecedores</b>	<b>Despesas</b>
Ultracargo Logística S.A.	129	1.049	687
Tropical Transportes Ltda	-	95	-
<b>Total em 31 de dezembro de 2021</b>	<u><u>129</u></u>	<u><u>1.144</u></u>	<u><u>687</u></u>

# Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Operações comerciais		Transações
	Mútuos <sup>(1)</sup>	Fornecedores	Despesas
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	35.000	1.010	1.010
<b>Total em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>35.000</b>	<b>1.010</b>	<b>1.010</b>

(1) A Sociedade efetuou um contrato de mútuos no dia 03 de dezembro de 2020 para com a parte relacionada Tequimar Químico de Aratu S.A. (“Tequimar”), o contrato possui prazo indeterminado, não contém cláusulas de remuneração e contempla o valor de R\$90.000. Até 31 de dezembro de 2020, foram disponibilizados através deste contrato o montante de R\$ 35.000. Os mútuos foram liquidados em 2021.

## 6 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade reconhece créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de adições temporárias e prejuízos fiscais. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Operações de arrendamento mercantil	8.908	2.209
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL a compensar	9.861	489
Provisões	168	187
Total	<u>18.937</u>	<u>2.885</u>
Compensações de saldos passivos	(3.964)	-
Saldos líquidos apresentados no ativo	<u>14.973</u>	<u>2.885</u>
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisão para diferenças caixa vs. competência	3.964	-
Total	<u>3.964</u>	<u>-</u>
Compensações de saldos ativos	(3.964)	-
Saldos líquidos apresentados no passivo	<u>-</u>	<u>-</u>

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	2.885	106
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	<u>12.088</u>	<u>2.779</u>
Saldo final	<u>14.973</u>	<u>2.885</u>

## Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para avaliar a realização de ativos fiscais diferidos foram consideradas as projeções de lucros tributáveis do plano da Sociedade, que indica tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, e que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação, entre outros. O saldo de R\$ 18.937 foram suportados pelo estudo técnico sobre projeções de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos, examinado pelo Conselho Fiscal (“CF”) e pelo Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) da controladora Ultrapar.

#### ***b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado***

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Prejuízo antes da tributação	(35.554)	(8.174)
Alíquotas oficiais de imposto - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>12.088</u>	<u>2.779</u>
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	<u><u>12.088</u></u>	<u><u>2.779</u></u>
Diferido	12.088	2.779

**7 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar**

A Sociedade possui contratos de arrendamento de áreas portuárias.

**a. Ativos de direito de uso**

	<b>Prazo médio ponderado de amortização (anos)</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Adições e remensurações</b>	<b>Transferências (i)</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
Custo:						
Áreas portuárias (*)	24	166.128	10.036	-	-	176.164
Amortização acumulada						
Áreas portuárias (*)		(5.587)	-	(6.348)	(589)	(12.524)
Custo líquido		160.541	10.036	(6.348)	(589)	163.640

	<b>Prazo médio ponderado de amortização (anos)</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adições e remensurações</b>	<b>Transferências (i)</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Custo:					
Áreas portuárias (*)	-	45.554	120.574	-	166.128
Amortização acumulada					
Áreas portuárias (*)		-	-	(5.587)	(5.587)
Custo líquido		45.554	120.574	(5.587)	160.541

(i) Refere-se à amortização do direito de uso a qual está sendo capitalizada como Obras em andamento, sendo iniciada sua operação no mês de dezembro de 2021.

(\*) Refere-se às outorgas de concessões portuárias, sendo R\$ 45.554 pagos pela Sociedade no 3º trimestre de 2020.

**b. Arrendamentos a pagar**

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Saldo inicial	127.071	-
Adições e remensurações	10.036	120.574
Apropriação de juros	7.528	6.750
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(29.587)	(253)
Saldo final	115.048	127.071
Circulante	23.944	20.802
Não Circulante	91.104	106.269

# Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência dos contratos de arrendamento mercantil, estão apresentados abaixo:

Até 1 ano	29.587
De 1 a 2 anos	29.587
De 2 a 3 anos	30.142
De 3 a 4 anos	30.260
De 4 a 5 anos	1.032
Mais de 5 anos	22.007
	<u>142.615</u>

O contrato relacionado aos arrendamentos a pagar é indexado substancialmente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

	31/12/2021
<b>Ativo de direito de uso, líquido</b>	
Base nominal	163.640
Base inflacionada	<u>169.046</u>
	3%
<b>Passivo de arrendamento</b>	
Base nominal	115.048
Base inflacionada	<u>120.453</u>
	5%
<b>Despesa financeira</b>	
Base nominal	7.528
Base inflacionada	<u>8.110</u>
	8%
<b>Despesa de amortização</b>	
Base nominal	589
Base inflacionada	<u>809</u>
	37%

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***8 Imobilizado**

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	<b>Prazo médio ponderado de amortização (anos)</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciações</b>	<b>Transferências (i)</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
Custo:						
Adiantamentos a fornecedores	-	9.513	564	-	(8.328)	1.749
Benfeitorias em imóveis de terceiros	23	-	-	-	67.182	67.182
Máquinas e equipamentos	19	7	64	-	196.077	196.148
Móveis e utensílios	10	9	177	-	-	186
Obras em andamento	-	66.243	182.454	-	(248.588)	109
Equipamentos de informática	5	102	282	-	5	389
		<u>75.874</u>	<u>183.541</u>	<u>-</u>	<u>6.348</u>	<u>265.763</u>
Depreciação acumulada:						
Benfeitorias em imóveis de terceiros		-	-	(241)	-	(241)
Máquinas e equipamentos		-	-	(866)	-	(866)
Móveis e utensílios		-	-	(2)	-	(2)
Equipamentos de informática		(5)	-	(37)	-	(42)
		<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(1.146)</u>	<u>-</u>	<u>(1.151)</u>
Custo Líquido		<u>75.869</u>	<u>183.541</u>	<u>(1.146)</u>	<u>6.348</u>	<u>264.612</u>

	<b>Prazo médio ponderado de amortização (anos)</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciações</b>	<b>Transferências (i)</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Custo:						
Adiantamentos a fornecedores	-	-	9.513	-	-	9.513
Máquinas e equipamentos	15	-	7	-	-	7
Móveis e utensílios	10	-	9	-	-	9
Obras em andamento	-	2.589	58.067	-	5.587	66.243
Equipamentos de informática	5	-	102	-	-	102
		<u>2.589</u>	<u>67.698</u>	<u>-</u>	<u>5.587</u>	<u>75.874</u>
Depreciação acumulada:						
Equipamentos de informática		-	-	(5)	-	(5)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>
Custo Líquido		<u>2.589</u>	<u>67.698</u>	<u>(5)</u>	<u>5.587</u>	<u>75.869</u>

(i) Refere-se à amortização do direito de uso a qual está sendo capitalizada como Obras em andamento, sendo iniciada sua operação no mês de dezembro de 2021.

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**9 Fornecedores nacionais**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Fornecedores nacionais	4.258	6.660
Sociedades relacionadas (vide nota explicativa nº 5)	<u>1.144</u>	<u>1.010</u>
	<u><u>5.402</u></u>	<u><u>7.670</u></u>

**10 Debêntures e instrumentos financeiros de proteção**

*a. Composição*

Descrição	31/12/2021	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2021 – % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:				
Debêntures – 1ª emissão (b)	<u>363.526</u>	R\$	4,04	2028
Total moeda nacional	<u><u>363.526</u></u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	<u>17.658</u>			
Total moeda nacional	<u><u>381.184</u></u>			
Circulante	3.406			
Não Circulante	377.778			

A movimentação dos financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Captações	351.833
Apropriação de juros	12.866
Pagamento de juros	(7.392)
Variação monetária	30.289
Variação de valor justo	(24.070)
Variação resultado <i>Hedges</i>	<u>17.658</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u><u>381.184</u></u>

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>31/12/2021</b>
De 1 a 2 anos	(1.163)
De 2 a 3 anos	(1.170)
De 3 a 4 anos	(1.171)
De 4 a 5 anos	<u>381.282</u>
	<u><u>377.778</u></u>

# Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### ***b. Debêntures***

Em março de 2021 a Sociedade efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 360.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	15 de março de 2028
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,04%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Sociedade contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros trocando os encargos financeiros pré-fixados das debêntures para 111,4% do DI. A Sociedade designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

A Sociedade cumpre com os covenants requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas conduzirem seus negócios até o momento.

## **11 Obrigações tributárias**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
ICMS	23	263
ISS	267	162
INSS	159	108
PIS e COFINS	26	20
IRRF	16	8
	<u>491</u>	<u>561</u>

## **12 Patrimônio líquido**

### ***a. Capital social***

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 98.258.475 (98.258.475 em 2020) ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 27 de julho de 2020 houve aumento de capital em dinheiro no montante de R\$ 38.000 e emissão de 38.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 15 de setembro de 2020 houve aumento de capital em dinheiro no montante de R\$ 10.000 e emissão de 10.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, totalizando o capital social em 31 de dezembro de 2020 em R\$ 48.000 e emissão de 48.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)****b. Ajustes de avaliação patrimonial***

As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.

***c. Dividendos***

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas.

Em 2021 e 2020 não houve proposta de dividendos, pois a Sociedade apurou prejuízo no exercício.

**13 Despesas por natureza**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Materiais de uso e consumo	1.618	-
Depreciação e amortização	1.157	6
Amortização de direito de uso	589	-
Gastos com pessoal	-	208
Serviços de terceiros	678	498
Impostos e Taxas	127	371
Seguro garantia	26	150
Outras despesas	186	241
Total	<u>4.381</u>	<u>1.474</u>
Classificado como:		
Despesas gerais e administrativas	<u>4.381</u>	<u>1.474</u>
Total	<u>4.381</u>	<u>1.474</u>

**14 Resultado financeiro**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	<u>6.021</u>	<u>119</u>
	<u>6.021</u>	<u>119</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debentures e instrumentos financeiros	(28.813)	-
Juros sobre arrendamento	(7.528)	(6.750)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(819)	(67)
	<u>(37.160)</u>	<u>(6.817)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(31.139)</u>	<u>(6.698)</u>

## 15 Riscos e instrumentos financeiros

### *a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança*

Os principais fatores de risco a que a Sociedade está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo Conselho de Administração (“CA”) da Ultrapar (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e commodities), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- (i) A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo.
- (ii) O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos Financeiros (“Comitê”), composto pelo CFO, Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO. O Comitê se reúne trimestralmente e monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- (iii) A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao CA da Sociedade.

O CAR assessora o CA na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o CA na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao CA qualquer descumprimento da Política.

### *b. Risco de juros*

A Sociedade adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade são, principalmente, mantidas em operações vinculadas ao DI, conforme divulgado na nota explicativa nº 3. As captações são principalmente oriundas de financiamentos de debêntures, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)****b.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes***

Os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
<b>DI</b>			
Equivalentes de caixa	3	982	19.894
Aplicações financeiras	3	13.225	-
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial		(368.369)	-
<b>Posição líquida ativa (passiva) exposta a juros pós fixados</b>		(354.162)	19.894

***b.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes***

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes, em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade utilizou como cenário base as curvas de mercado dos índices de referência (DI).

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro se as curvas de mercado dos juros flutuantes na data base fossem aplicadas aos saldos médios do ano corrente, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes:

<u>Exposição a juros flutuantes</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Base</u>
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras		8.650
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação DI	(19.081)
<b>Despesa incremental</b>		<b>(10.431)</b>

***c. Risco de crédito***

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos) e aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 3).

***c.1 Risco de crédito de instituições financeiras***

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade por insolvência. A Sociedade executa regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades e aplicações financeiras são mantidas somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades e aplicações financeiras são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **c.2 Risco de crédito de governos**

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

<b><u>Rating de crédito da contraparte</u></b>	<b>Valor Justo</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
AAA	114.258	20.784
<b>Total</b>	<b>114.258</b>	<b>20.784</b>

### **d. Risco de liquidez**

As principais fontes de liquidez da Sociedade derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras e (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações. A Sociedade acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade examina, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de "joint ventures", ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade acredita possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamentos totaliza R\$ 14.647 (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 10.a). Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possuía R\$ 114.258 em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 3).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 da Sociedade, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

<b>Passivos financeiros</b>	<b>Total</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 3 anos</b>	<b>Entre 3 e 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>
Debêntures e juros estimados <sup>(1)(2)</sup>	471.531	14.647	31.051	33.182	392.651
Instrumentos de proteção <sup>(3)</sup>	132.117	24.108	45.534	42.175	20.300
Fornecedores	5.402	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	142.615	29.587	59.729	31.292	22.007

<sup>(1)</sup> Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período, (i) IPCA de, 5,11% em 2022, 3,32% em 2023, 3,1% em 2024 e 3,0% a partir de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(2) Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

(3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2021. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

**f. Gestão de capital**

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos. Para informações sobre o endividamento futuro da Sociedade vide nota explicativa nº 16.b.

**g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros**

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade pode utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade utiliza a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade:

**Designados - Hedge Accounting**

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Venc.	Valor de referência	Valor justo
		Ativo	Passivo		(nocial) <sup>1</sup>	
					31/12/2021	31/12/2021
Swap de Juros	Dívida	4,04% + IPCA	111,4% CDI	nov/24	R\$ 360.000	(12.360)
						(12.360)

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

***h. Contabilidade de proteção (hedge accounting) – Hedge de valor justo***

A Sociedade designa como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

	<b>31/12/2021</b>
Em milhares, exceto % do DI	
Valor nocional – R\$	360.000
Resultado dos instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 10) – R\$	(12.410)
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	24.070
Resultado financeiro da dívida – R\$	(43.255)
Custo médio efetivo - % do DI	111,40

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 15.a

***i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção***

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram a demonstração de resultado e o patrimônio líquido da Sociedade.

	<b>31/12/2021</b>
	<b>Resultado</b>
a - Swaps de juros em Reais	<u>(31.595)</u>
<b>Total</b>	<u><u>(31.595)</u></u>

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**j. Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

Categoria	Notas explicativas	31/12/2021		31/12/2020		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>Ativos financeiros:</b>						
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Caixa e bancos	Custo amortizado	982	982	890	890	
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	13.225	13.225	19.894	19.894	
<b>Aplicações financeiras</b>						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	100.051	100.051	-	-	
<b>Total</b>		<b>114.258</b>	<b>114.258</b>	<b>20.784</b>	<b>20.784</b>	
<b>Passivos financeiros:</b>						
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	363.526	363.526	-	-	
Instrumentos de proteção cambial e juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17.658	17.658	-	-	
Fornecedores	Custo amortizado	5.402	5.249	7.670	7.443	
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	115.048	115.048	127.071	127.071	
<b>Total</b>		<b>501.634</b>	<b>501.481</b>	<b>134.741</b>	<b>134.514</b>	

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- Os saldos contábeis de fornecedores são próximos aos seus valores justos e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas no mercado.

O valor justo de títulos de renda fixa em moeda nacional e arrendamentos a pagar foi apurado por meio de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade pode utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de títulos de renda fixa em moeda nacional classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 3). Caixa e bancos estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

A tabela abaixo demonstra as categorias dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade:

	<b>Categoria</b>	<b>Notas explicativas</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	3.a	982	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.a	13.225	-	13.225
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.b	100.051	100.051	-
<b>Total</b>			<u>114.258</u>		
<b>Passivos financeiros:</b>					
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	10	363.526	-	363.526
Instrumentos de proteção cambial e juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	10	17.658	-	17.658
Fornecedores	Custo amortizado	9	5.249	-	-
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	7	115.048	-	-
<b>Total</b>			<u>501.481</u>		

	<b>Categoria</b>	<b>Notas explicativas</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	3	890	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3	19.894	-	19.894
<b>Total</b>			<u>20.784</u>		
<b>Passivos financeiros:</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	9	7.443	-	-
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	7	127.071	-	-
<b>Total</b>			<u>134.514</u>		

**k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos**

A Sociedade utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 31 de dezembro de 2021 para os vencimentos de cada *swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário base.

Com base no cenário base de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

<b>31/12/2021</b>	<b><u>Risco</u></b>	<b><u>Cenário Base</u></b>
<b>Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>		
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	(113.281)
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		113.281
<b>(1)+(2)</b>	Efeito líquido	<b>-</b>

**16 Compromissos**

**a. Cobertura de seguros**

A Sociedade está amparada por apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta.

Nas apólices patrimoniais, os valores máximos indenizáveis são definidos com base na análise de risco dos principais locais.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Ultrapar e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 250 milhões.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) que amparam a Ultrapar e suas controladas no valor total de US\$ 80 milhões.

São contratados também seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criteriosos estudos de riscos e perdas realizados por consultores independentes de seguros, sendo as modalidades e valores de seguro contratados considerados pela administração suficientes para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

***b. Arrendamento de áreas portuárias***

Em 5 de abril de 2019, a Ultracargo Logística venceu a licitação do lote VDC12 no porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. A capacidade mínima de armazenamento será de 59 mil m<sup>3</sup>. A área será operada pela Sociedade por pelo menos 25 anos, conforme aviso do leilão. Para o lote VDC12, foi constituída a Sociedade. Os investimentos estimados em relação à participação da Ultracargo Logística totalizam, aproximadamente, R\$ 450 milhões a serem desembolsados ao longo dos próximos cinco anos, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.